

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ADVOGADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Espera-se que o candidato redija resposta baseada na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Inicialmente, no que concerne ao questionamento expresso na alínea “a”, deve abordar que se considera criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Art. 2º). A respeito da política de atendimento, o ECA (alínea “b”) ratifica a Constituição e indica a responsabilidade de todos os entes da Federação e da sociedade com as questões infanto-juvenis. Em seu Art. 88, elenca dez diretrizes visando a consecução de tais políticas, a saber:

- I. “(...) municipalização do atendimento;
- II. criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- III. criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- IV. manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- V. integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- VI. mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
- VII. integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;
- VIII. mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
- IX. especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil;
- X. formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersectorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral;
- XI. realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência. (...)”

Cabe ao candidato abordar duas dessas políticas, conforme consta no comando da questão. Por fim, no que toca à alínea “c”, a Lei Federal nº 12.010/2009, popularmente conhecida como Lei de Adoção, inseriu no ECA (Art. 100) uma série de princípios. A doutrina, desde a edição da Lei, entende que são aplicados não apenas às medidas de proteção, mas a todo o direito da criança e do adolescente. São eles:

- I. “(...) condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
- II. proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;
- III. responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;
- IV. interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- V. privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- VI. intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

- VII. intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente;
- VIII. proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada;
- IX. responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente;
- X. prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
- XI. obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- XII. oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (...)"

Fontes:

- Barros, Guilherme Freire de Melo. Estatuto da Criança e do Adolescente. 10ª ed. rev. atual. e ampl. - Salvador: Juspodivm, 2022.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 7 de julho de 2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL

- A) Espera-se que o pleiteante faça as devidas conexões entre os macro-compartimentos ambientais, inter-relacionantes: ar-solo-água. É sabido que para fazer a gestão de um desses compartimentos deve-se também estudar e gerir os problemas constatados nos outros compartimentos: não é possível, por exemplo, fazer o saneamento de águas subterrâneas poluídas com nitratos sem se atentar aos aspectos hidrológicos e limnológicos dos corpos d'água do entorno da área em questão – até mesmo os dados climáticos e meteorológicos devem ser levados em consideração, além dos aspectos atmosféricos e pedológicos da área. É importante que o candidato discorra sobre as várias possibilidades de gestão de recursos hídricos levando em conta os outros compartimentos intrinsecamente relacionados a estes, comprovando que sua gestão isolada, em condições naturais, não-laboratoriais é improvável.
- B) Além da legislação municipal e estadual [quando houver], várias leis federais não podem ser desconsideradas nos serviços cotidianos dos profissionais ambientais. Contudo, não se deseja que o pleiteante apenas cite números e anos das leis – e sim os assuntos e normas que as mesmas abordam. As leis e normas federais mais utilizadas são:
- ✓ Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente);
 - ✓ Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos);
 - ✓ Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);
 - ✓ Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza);
 - ✓ Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
 - ✓ Lei nº 12.651/2012 (“Novo Código Florestal”);
 - ✓ Resolução Conama nº 001/1986 (Avaliação de Impacto Ambiental);
 - ✓ Resolução Conama nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental);
 - ✓ Resolução Conama nº 357/2005 (Classificação dos Corpos De Água);
 - ✓ Resolução Conama nº 420/2009 (Critérios e Valores Orientadores de Qualidade do Solo);
 - ✓ Resolução Conama nº 491/2018 (Padrões Nacionais de Qualidade do Ar); dentre outras.
- C) Usualmente é passada a irreal noção de que a legislação brasileira é uma das mais permissivas do mundo; porém, a realidade que se impõe é que o Brasil possui uma das legislações ambientais mais rígidas do mundo – ao contrário do que o senso comum apregoa. Algumas normas são tão duras que as sanções nelas previstas, muitas vezes, são de difícil aplicação, assim como o pleno atendimento de suas diretrizes. Desta forma, espera-se que o candidato mostre uma visão macro da legislação do Brasil em relação ao mundo ocidental, em especial, e que esteja “atenado” com as atualidades nesse assunto.

Fontes:

- <https://www4.planalto.gov.br/legislacao>
- <https://conama.mma.gov.br/>
- <https://www.gov.br/ibama/pt-br>

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ARQUITETO

O texto deve contemplar as distintas faixas que compõem uma calçada, sendo essas: faixa de acesso, faixa livre e faixa de serviço. É preciso que sejam indicados os valores de largura considerando o mínimo estipulado por legislação. Espera-se, ainda, que o candidato contemple a indicação de inclinação entre 1% a 3% em sentido transversal, conforme o Código de Posturas – Lei Municipal nº 6.907/2008.

Entre os diferentes tipos de revestimentos a serem adotados em passeios, podem ser citados: blocos (intertravado) de concreto pré-fabricados, placas pré-fabricadas de concreto, ladrilho hidráulico (concreto), concreto moldado *in loco* (vassourado ou estampado). Esses revestimentos são indicados, pois se apresentam em compatibilidade com os dispostos em lei: antiderrapante, resistente e capaz de garantir a formação de uma superfície contínua.

Quanto às espécies que compõem a arborização urbana, o candidato pode citar tanto o nome popular quanto o científico, desde que ele seja compatível com passeios sem a presença de rede elétrica, sendo considerados: Oiti, Canela-de-cheiro, Ipê Amarelo, Ipê branco, Cássia-imperial ou Chuva-de-ouro, Ligustro, Alfeneiro-do-japão, Cássia-macranthera, manduirana, Pata-de-vaca, Quaresmeira, Manacá-da-serra, Monguba, Aroeira-mole (chorão), Sibipiruna e Cássia-do-nordeste.

Fonte:

Código de Posturas – Lei Municipal nº 6.907/2008.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

As políticas de educação têm impactado significativamente as relações de trabalho e a execução das atividades profissionais dos trabalhadores da educação. As reformas educacionais nas últimas décadas introduziram novas exigências, como a implementação de tecnologias educacionais, a necessidade de formação contínua e a adaptação a currículos mais flexíveis e integrados. Essas mudanças trouxeram desafios, como a intensificação do trabalho, a precarização das condições de emprego e a sobrecarga dos profissionais.

As condições de trabalho dos educadores foram afetadas por políticas que, muitas vezes, priorizam resultados quantitativos, como índices de desempenho, sem considerar a realidade das escolas e a diversidade dos contextos educacionais. Isso resultou em aumento da pressão sobre os professores para atingirem metas, frequentemente sem o suporte necessário em termos de recursos e formação.

No contexto dessas transformações, várias estratégias foram adotadas para enfrentar os desafios impostos pela nova realidade educacional. Dentre elas, destacam-se:

- **Formação Continuada**: a promoção de programas de formação continuada para os profissionais da educação, visando atualizar suas competências e prepará-los para as novas exigências pedagógicas e tecnológicas.
- **Valorização Profissional**: políticas voltadas para a valorização profissional, como planos de carreira, melhores salários e condições de trabalho dignas, que buscam motivar e reter talentos na educação.
- **Participação e Autonomia**: incentivo à participação ativa dos professores na elaboração e implementação das políticas educacionais, proporcionando maior autonomia e reconhecimento do papel fundamental que desempenham no processo educativo.
- **Suporte Psicossocial**: oferecimento de suporte psicossocial para os profissionais da educação, ajudando-os a lidar com o estresse e a sobrecarga decorrentes das exigências do trabalho.

Essas estratégias visam melhorar as condições de trabalho dos educadores, proporcionando um ambiente mais justo e equitativo, e, conseqüentemente, elevando a qualidade da educação oferecida. A valorização e o suporte contínuo aos profissionais da educação são essenciais para a construção de um sistema educacional que atenda às necessidades de todos os estudantes e contribua para o desenvolvimento integral da sociedade.

Fonte:

MAUÉS, Olgaíses Cabral. As reformas educacionais e os impactos sobre a formação e o trabalho docente. Revista T&E, v. 13, n. 2, p. 127-137, 2018.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

A reestruturação produtiva e a mundialização do capital trouxeram profundas mudanças no mundo do trabalho, caracterizadas pela intensificação da flexibilidade laboral e a precarização das condições de trabalho. Esses processos resultaram na segmentação da força de trabalho, com uma crescente informalidade e a desregulamentação dos direitos trabalhistas. As relações de trabalho passaram a ser marcadas por contratos temporários, terceirização e aumento da rotatividade, enfraquecendo a estabilidade e a segurança dos trabalhadores.

No contexto dessas transformações, diversas estratégias políticas e sociais foram adotadas para enfrentar os desafios impostos pelo novo cenário do mercado de trabalho. Entre essas estratégias, destaca-se a luta pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, como a implementação de políticas de proteção social que garantem um mínimo de segurança econômica aos trabalhadores. A criação de programas de qualificação e requalificação profissional também se mostrou essencial para preparar os trabalhadores para as novas exigências do mercado globalizado.

Além disso, a atuação de sindicatos e movimentos sociais tem sido fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção da justiça social. Esses atores buscam garantir condições dignas de trabalho e combater a precarização através de negociações coletivas e mobilizações sociais. Em nível institucional, a adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do trabalho decente, conforme recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), representa um esforço importante para enfrentar as consequências negativas da flexibilização laboral.

Essas estratégias visam proteger os direitos dos trabalhadores, promovendo a justiça social e assegurando que, mesmo em um ambiente de crescente flexibilização e precarização, os trabalhadores possam ter acesso a condições dignas de trabalho, segurança econômica e oportunidades de desenvolvimento profissional.

Fonte:

Harvey, David. A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: BIBLIOTECÁRIO

O programa de atividades para o ensino fundamental, adaptado pelos pesquisadores da Escola de Ciência da Informação da UFMG, com base na obra de Carol *Kuhlthau*, está estruturado em três fases, visando a desenvolver habilidades para usar os recursos informacionais de forma regular e gradual desde o período de educação infantil, por volta dos quatro anos, até as últimas séries do ensino fundamental, por volta dos quatorze anos.

A primeira fase dedica-se a preparar a criança para usar a biblioteca, que compreende o período inicial de escolarização da criança até sua alfabetização. Ela se subdivide em duas etapas, a primeira, em conhecer a biblioteca, que precede a alfabetização. Neste momento, o programa consiste de atividades que irão procurar desenvolver na criança uma atitude positiva com relação à biblioteca e aos recursos informacionais, especialmente os livros. Ela se familiariza com os espaços da biblioteca e começa a se interessar pelos livros do acervo. A segunda trata-se de envolver as crianças com livros e narração de histórias, momento em que a criança vai se envolver mais profundamente com os livros, principalmente através da escuta de histórias.

A segunda fase dedica-se a instruir a criança a usar os recursos informacionais da biblioteca, que consistem, basicamente, de atividades que irão propiciar habilidades para usar os recursos informacionais disponíveis na escola. Ela se divide em quatro etapas, assim denominadas: praticando habilidades de leitura; expandindo os interesses de leitura; preparando para usar os recursos informacionais de maneira independente; e buscando informação para trabalhos escolares.

A terceira fase dedica-se a ensinar a criança a viver na sociedade da informação. Nela, o estudante se prepara para conviver em uma sociedade com abundância de recursos de informação, desenvolvendo atividades que lhe permitirão compreender o ambiente informacional da sociedade contemporânea. Essa fase é subdividida em duas etapas, assim denominadas: usando os recursos informacionais de maneira independente; e entendendo o ambiente informacional.

Por fim, conclui-se que, embora seja importante manter a sequência das atividades, pode-se determinar o seu ritmo de acordo com a capacidade dos alunos, pois nem todos se adaptarão às fases e etapas estabelecidas. Para aqueles que demorarem a dominar algumas habilidades, devem ser planejadas atividades complementares, individuais e para pequenos grupos. A sequência de atividades é estruturada de modo que os alunos tenham aprendido noções básicas sobre como usar a biblioteca e os recursos informacionais ao término do ensino fundamental, através de um cronograma regular. Desse modo, o estudante construirá a base para, no nível médio, usar a biblioteca de forma independente.

Fontes:

- CORREIA Raquel Pinto; MANNALA, Cacilda Smaha. Dinamização das bibliotecas escolares adventistas no sul do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. Anais... Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, FEBAB, 2005. 1 CD-ROM.
- SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. Biblioteca do Colégio Estadual Manoel Vilaverde: um espaço além das quatro paredes. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.3, n.1, p. 152-164, jul./dez. 2005.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: CONTADOR

- A) O Princípio da Exclusividade, de fundamento constitucional, estabelece que não se pode incluir no projeto de Lei Orçamentária Anual nenhum dispositivo que não esteja relacionado à previsão de receitas ou à fixação de despesas. O objetivo dessa regra é impedir que os atores do processo introduzam assuntos não relacionados (conhecidos como “caudas orçamentárias”) para se beneficiarem da tramitação mais rápida das leis orçamentárias. A única exceção a esse princípio permite que a Lei Orçamentária Anual (LOA) contenha autorizações para a abertura de créditos adicionais suplementares e a contratação de operações de crédito.
- B) O Princípio da Anualidade, também conhecido como Periodicidade, define a duração do exercício financeiro orçamentário, estabelecendo o intervalo de tempo para o qual são previstas as receitas e fixadas as despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA). No Brasil, esse período coincide obrigatoriamente com o ano civil, conforme determinado pela Lei nº 4.320/1964. A única exceção admitida para este Princípio é a reabertura, no exercício subsequente ao de referência, de créditos especiais e extraordinários abertos nos seus últimos quatro meses.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 10ª ed. Brasília: DF, 2023.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: DENTISTA - ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA

O texto apresentado deverá evidenciar de forma clara os seguintes pontos:

Exame da dor:

Anamnese sobre a dor (30% da nota): duração, localização, início, intensidade, provocada ou atenuada com algum estímulo.

Duração: contínua x intermitente (com períodos de acalmia).

Localização: dor difusa ou localizada. Importância das fibras proprioceptivas do ligamento periodontal na localização da dor.

Início: evolução da dor, há quanto tempo a dor está presente? A dor de pulpíte pode ser localizada ou difusa, a dor de uma infecção periapical (abscesso x celulite) é sempre localizada.

Provocada x atenuada: provocada ou atenuada com alimentos ou bebidas geladas? Com o calor? Quando oclui? A dor de uma pulpíte pode ser exacerbada ou atenuada pelo frio, a de infecção periapical, como a polpa está necrótica, não sofre interferência do frio x gelo.

Inspeção extraoral (presença de edema), inspeção intraoral (presença de edema, cáries, restaurações, fraturas coronárias), palpação em ápice (positiva em casos de infecção periapical), percussão do dente (indicando pericementite), exame periodontal (sondagem – avalia doença periodontal se tiver bolsa periodontal), mobilidade dentária (avalia o periodonto), teste de vitalidade pulpar e o teste da anestesia avalia a condição pulpar, polpas vivas indicam pulpíte, polpas necróticas indicam doença periapical (50% da nota).

Exame radiográfico periapical:

Avaliação da lâmina dura – indica inflamação ou infecção periapical, cáries (o principal agente etiológico das alterações pulpoperiapicais), restaurações, avalia possíveis danos a polpa. Tratamentos endodônticos prévios, avalia a possibilidade de abscesso fênix (20% da nota).

Fonte:

Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 7, páginas 217, 228.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: DENTISTA PARA ATENDIMENTO AO PSF

- a) Gengivite associada somente ao biofilme: as características da gengiva apresentadas no enunciado: “sangramento ao escovar os dentes. Clinicamente a gengiva encontrava-se edemaciada, avermelhada, sem aspecto casca de laranja e com grande presença de cálculos supragengivais nas faces linguais dos dentes anteriores inferiores. A maior profundidade de sondagem encontrada foi de 3 mm e houve sangramento em 20% dos sítios. Não havia recessão gengival”.
- b) Tratamento periodontal: o candidato poderá somente responder como tratamento periodontal ou detalhar os passos do tratamento (instrução de higiene oral, controle de biofilme, instrumentação ou raspagem supragengival, reavaliação e terapia periodontal de suporte ou manutenção). Idealmente o tratamento periodontal deve ser o primeiro a ser feito para resolução desse caso.
- Tratamento cirúrgico: o dente 36 apresentava-se com a coroa escurecida, grande destruição coronária e radiograficamente era possível perceber que as raízes já estavam separadas pela cárie.
- Tratamento restaurador: o dente 24 deve ser restaurado porque está cariado, mas sem grande destruição coronária. O candidato pode indicar ou não o material restaurador. Entre esses materiais se destacam: resina composta, amálgama e cimento de ionômero de vidro.
- Tratamento reabilitador: após a exodontia do dente 36 é necessário que seja indicada pelo candidato uma forma de substituí-lo. Podem ser indicados: prótese sobre implante, prótese parcial fixa (ponte fixa).

Fontes:

- Berglundh, Tord, et al. Lindhe Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Grupo GEN, 2024.
- Rocha, Rodney G. Clínica integrada. (Abeno). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ASSISTENTE EDUCACIONAL

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto “Direitos das crianças e adolescentes na era digital” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- Letramento digital;
- Proteção digital de crianças e adolescentes;
- Proteção contra a exploração e o acesso a conteúdos inadequados.

Fonte:

PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: EDUCADOR DE TRÂNSITO

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto “Estratégias para a segurança no trânsito no século XXI” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- Redução de mortes no trânsito com a abordagem de sistemas seguros;
- Desenvolvimento de cidades compactas e conectadas;
- Oferta de mobilidade segura, limpa e de qualidade;
- Estabelecimento de limites seguros de velocidade.

Fonte:

PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: PUBLICITÁRIO

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto “Ética e responsabilidade mediante demandas atuais do mercado publicitário” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- Publicidade e inteligência artificial.
- Comportamento do consumidor.
- Uso de dados e privacidade.

Fonte:

PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA, PROFESSOR EM ATUAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido uma dissertação, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto “A importância da saúde mental no trabalho em consonância com as demandas e realidades atuais” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- Crise de ansiedade;
- Crise pessoal e reflexo no trabalho;
- Excesso de informações;
- Redes sociais; e
- Saúde mental.

Fonte:

Platão & Fiorin, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: PROFESSOR EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido uma dissertação, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa um texto sobre o tema “Caminhos para a consolidação de uma educação antirracista” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados a:

- Equalização do acesso, permanência e conclusão da creche para as populações entre os 25% mais pobres, negras, indígenas, quilombolas, caiçaras, refugiadas, ribeirinhas, povos itinerantes, do campo, das águas e das florestas, famílias inscritas no Cadastro Único em situação de pobreza, público-alvo da educação especial (na perspectiva inclusiva), ênfase aos povos indígenas e negras de acordo com os textos motivadores;
- Estratégias para que todos no ambiente escolar tenham uma aprendizagem digna, feliz, igualitária e equânime.

Fonte:

PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ECONOMISTA

Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB) são conceitos relacionados a tudo o que é produzido em termos de bens e serviços finais. A grande diferença entre os dois conceitos é o critério de definição daquilo que entrará ou não no cálculo produto (renda).

No cálculo do Produto Interno Bruto entra tudo o que for produzido dentro do território nacional, mesmo que a origem das empresas e/ou dos trabalhadores (fatores de produção) seja do exterior. O importante é que seja produzido no território nacional. No cálculo do PIB não entra: rendas recebidas do exterior ou o salário recebido por nacionais pagos por empresas fora do país. Por sua vez, salários pagos por empresas residentes no país a estrangeiros são contabilizados no PIB.

No cálculo do Produto Nacional Bruto, considera-se o produto/renda resultante dos fatores de produção de propriedade nacional em território nacional, mais a renda recebida de fatores de produção de propriedade nacional em território estrangeiro. Assim, o principal critério para o cálculo do PNB é a propriedade dos fatores de produção e não o território onde os bens e serviços são produzidos.

Para o Brasil, usar o conceito de PIB pode não ser o mais adequado para termos uma percepção sobre a renda da produção que realmente fica em território nacional. Por haver mais filiais de empresas estrangeiras no Brasil (fatores de produção de propriedade de não residentes), o que subsidiárias brasileiras no exterior (fatores de propriedade nacional no exterior), a tendência é a de que o país sempre envie mais rendas da produção ao exterior do que as receba. A renda da produção que realmente permanece aqui, e que corresponde ao PNB, é sempre menor do que aquela que corresponde o PIB.

Fonte:

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de et al. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas. 3ª ed. – 8ª reimpressão, 2015.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENFERMEIRO PARA ATENDIMENTO AO PSF

O descarte seguro de luvas e agulhas usadas na coleta de sangue é essencial para a segurança de profissionais de saúde e pacientes, além de contribuir significativamente para a proteção ambiental. Após o uso, as luvas descartáveis devem ser colocadas em recipientes destinados a resíduos biológicos, que geralmente são sinalizados com sacos plásticos brancos ou recipientes com marcações adequadas. Esse cuidado evita a exposição desnecessária a agentes infecciosos, uma vez que os recipientes são posicionados em locais estratégicos e acessíveis, incentivando o uso correto por parte dos profissionais.

Agulhas e seringas, por sua natureza perfurocortante e contaminante, exigem ainda mais atenção durante o descarte. Elas devem ser depositadas em caixas específicas para materiais perfurocortantes, que são rígidas, impermeáveis e possuem tampa de segurança para evitar qualquer tipo de perfuração ou acidente durante o manuseio. Essas caixas, chamadas de coletores de perfurocortantes, são regulamentadas para resistir a danos e minimizar os riscos de contato com o conteúdo, promovendo uma barreira efetiva contra agentes biológicos e protegendo os profissionais envolvidos.

Após o descarte, esses materiais contaminados, incluindo as luvas, são enviados para unidades de tratamento especializadas. As luvas e resíduos biológicos passam pelo processo de incineração, uma técnica eficiente para a destruição de agentes infecciosos e eliminação de riscos. Já as agulhas e seringas, seladas nas caixas de perfurocortantes, são transportadas para instalações de incineração ou outras técnicas de tratamento que atendam às regulamentações ambientais. Esse processo destrói completamente os agentes contaminantes, eliminando o risco de transmissão de doenças e reduzindo o impacto ambiental.

Seguir essas práticas de descarte é crucial para manter a segurança em ambientes de saúde e promover a sustentabilidade ambiental, reforçando um compromisso com a saúde pública e com o meio ambiente.

Fonte:

LORENZONI, Fabiane Rosado; GUTERRES, Isadora Balestrin. Separação e destinação dada ao lixo hospitalar perfurocortante: Das práticas da UFN ao Direito Ambiental. Tópicos em Ciências da Saúde Volume 24, p. 20.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENFERMEIRO

O ressurgimento dos casos de sarampo é uma preocupação global, especialmente devido à queda nas taxas de vacinação em diversas regiões. O sarampo, sendo uma doença altamente contagiosa, pode resultar em surtos significativos na ausência de uma cobertura vacinal adequada. Estudar a epidemiologia do sarampo é crucial, pois não apenas ajuda a compreender sua propagação e impacto na saúde pública, mas também orienta políticas de saúde preventivas e intervencionistas mais eficazes. No primeiro cenário, um pesquisador contabilizou o número de casos de sarampo ocorridos no primeiro semestre de 2024 em uma cidade brasileira e comparou esses indivíduos com pessoas que não contraíram a doença. Esse tipo de estudo é um exemplo de pesquisa caso-controle, onde os termos epidemiológicos relevantes incluem incidência e fatores de risco.

O corte temporal é retroativo, pois analisa dados de um período já ocorrido para identificar quais características podem ter contribuído para a infecção. No segundo cenário, o pesquisador planeja contabilizar os casos de sarampo que surgirão no primeiro semestre de 2025, partindo da observação de um grupo de indivíduos sadios. Esse estudo se configura como uma pesquisa de coorte, onde se calcula a incidência de novos casos ao longo do tempo. O corte temporal, neste caso, é prospectivo, uma vez que busca prever eventos futuros com base na observação de uma população saudável.

A relação entre esses cenários e as políticas de saúde pública é fundamental. Os resultados do estudo caso-controle podem ajudar a identificar fatores que levaram à queda nas taxas de vacinação e, conseqüentemente, ao aumento dos casos de sarampo. Já o estudo de coorte pode fornecer dados sobre a eficácia das campanhas de vacinação e a necessidade de intervenções futuras. Portanto, a combinação de ambos os métodos oferece uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias de saúde pública que visem aumentar a cobertura vacinal e prevenir surtos de sarampo, garantindo assim a proteção da população.

Fonte:

HAMANN, Edgar Merchán; TAUIL, Pedro Luiz; COSTA, Marisa Pacini. Terminologia das medidas e indicadores em epidemiologia: subsídios para uma possível padronização da nomenclatura. 2000.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR

• Planta topográfica

Deve apresentar, no mínimo, o seguinte: vértices da parcela ou do imóvel, com seus respectivos códigos; polígono fechado da área da parcela ou do imóvel, formado pela união dos vértices; distâncias lineares entre os vértices na projeção cartográfica utilizada; feições topográficas que auxiliem na interpretação e caracterização do limite da parcela ou do imóvel; códigos das parcelas confrontantes; número da matrícula e do Cadastro Nacional de Serventia (CNS) do imóvel confrontante, na inexistência do código da parcela; nome completo e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do confrontante, na inexistência do código da parcela e da matrícula do imóvel confrontante; tabela de coordenadas dos vértices e quadro de áreas, quando necessário; informação sobre o *Datum* e a projeção cartográfica utilizada; fator de escala para transformação da distância horizontal em distância na projeção cartográfica utilizada; convenções, escala gráfica e direção norte da projeção cartográfica utilizada; carimbo (selo) com nome completo do proprietário, endereço completo da parcela ou do imóvel, nome completo e número de registro profissional no conselho de classe do responsável técnico, número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), informação de área e perímetro na projeção cartográfica utilizada, escala numérica, data do levantamento e data de conclusão da planta topográfica.

• Memorial descritivo

Deve apresentar, no mínimo, o seguinte: cabeçalho contendo nome completo e número de CPF do proprietário, endereço completo, código da parcela (se existir), número da matrícula e CNS (se existir), sistema de referência e projeção cartográfica utilizada no cálculo das distâncias e da área; área e perímetro da parcela ou do imóvel na projeção cartográfica utilizada; tabela com dados técnicos contendo o código do vértice e suas respectivas coordenadas geodésicas, os códigos das parcelas dos confrontantes (na inexistência do código da parcela, prioritariamente, o número de matrícula do confrontante ou o nome completo e número do CPF do confrontante), a distância projetada do vértice ao seu ponto de vante no sentido horário e o local específico para complemento das informações sobre os vértices, por exemplo, a sua situação, dentre outras informações relevantes. A descrição tabular da parcela ou imóvel deve iniciar no primeiro vértice de confrontação com o sistema viário ou acesso a este e seguir no sentido horário; assinatura do responsável técnico, formação profissional, número do registro no conselho de classe, número da ART, TRT ou RRT; croqui do polígono da parcela ou do imóvel indicando a posição do sistema viário.

• Relatório técnico

Deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 13133 e contemplar os seguintes itens: tipo de materialização e localização dos vértices da parcela ou do imóvel; tipo de materialização e localização dos pontos de apoio; cálculos de propagação das precisões; valores obtidos no controle de qualidade em campo; valores comparativos das coordenadas geodésicas com as parcelas e os imóveis confrontantes, se existirem.

Fontes:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 17047:2022. Levantamento cadastral territorial para registro público — Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.
- Brasil. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Os sistemas de integração lavoura, pecuária e floresta são aqueles que combinam o uso de uma espécie forrageira, uma espécie produtora de grãos e outra espécie florestal. Esses sistemas devem passar por uma etapa de planejamento com definição clara dos objetivos e metas a serem alcançados e podem ser empregados em processos de recuperação de áreas de pastagens em diferentes níveis de degradação.

Nesse sentido, é fundamental primeiramente se aferir a fertilidade do solo por meio da coleta de amostras para análise de solo, envio ao laboratório e interpretação dos resultados.

De posse do resultado deve-se planejar quais as espécies devem compor o sistema considerando adaptabilidade das mesmas, necessidade do produtor e aspectos econômicos e de mercado. As espécies mais comuns incluem como produtoras de grãos milho, soja, arroz e feijão. Como produtoras de forragens temos as gramíneas principalmente do gênero *Panicum* (Mombaça e Tanzânia) ou *Brachiaria* (Marandu, Xaraés etc.)

Após a escolha da espécie, proceder o planejamento da correção do solo, possivelmente com uso de calcário, bem como a sua fertilização. O uso do sistema de plantio direto na palha deve ser considerado no sistema, principalmente nos casos onde se utilizará rotação de culturas. A implantação e os tratos culturais devem seguir as boas práticas agrícolas.

O sistema deverá ser sistematicamente acompanhado com relação aos aspectos de custos e retornos econômicos do projeto, buscando-se, na medida do possível, as possibilidades de financiamento.

Quanto aos aspectos ambientais, os benefícios são: conservação do solo, sequestro de carbono principalmente pelo componente florestal, aumento da biodiversidade, entre outros.

Fonte:

Nota Técnica. EMBRAPA, 2024.

Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/nota-tecnica>. Acessado em 05/07/2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

A ABNT NBR 9050:2020 desempenha um papel fundamental na engenharia civil, fornecendo diretrizes essenciais para a concepção e execução de projetos que garantam a acessibilidade universal. Essa norma técnica não apenas promove a inclusão social, mas também assegura que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas ou sensoriais, possam usufruir dos espaços construídos de forma segura e independente.

Entre os desafios enfrentados pelos engenheiros civis na aplicação da norma, destaca-se a necessidade de compatibilizar a NBR 9050:2020 com outras normas técnicas e regulamentações, o que exige uma abordagem multidisciplinar e um profundo conhecimento técnico. Além disso, a implementação das diretrizes de acessibilidade pode aumentar os custos e prolongar os prazos das obras, exigindo soluções eficientes e economicamente viáveis.

Exemplos práticos de aplicação da norma incluem a instalação de rampas com inclinação adequada e elevadores acessíveis em edifícios comerciais e residenciais, e a adaptação de espaços públicos, como praças e calçadas, com pisos táteis e guias rebaixadas. No transporte público, a norma orienta a criação de plataformas elevatórias e espaços reservados para cadeirantes.

A ABNT NBR 9050:2020 contribui significativamente para a promoção da acessibilidade universal, refletindo um compromisso com a criação de ambientes inclusivos e igualitários. Na engenharia civil, essa norma representa um marco para a construção de infraestruturas que respeitam e valorizam a diversidade humana, promovendo a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência.

Fonte:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

O Equipamento de Proteção Individual (EPI) não é considerado eficaz quando não há neutralização dos efeitos dos agentes nocivos a que foi exposto o segurado durante o período laboral, ou seja, se mesmo utilizando EPI, as condições de trabalho permanecem insalubres ou perigosas, o tempo de serviço pode ser considerado especial.

Outro fator que pode ser relatado é o uso eventual do EPI ou o seu não fornecimento. Caso esse EPI seja fornecido de forma inadequada, não sendo usado de maneira permanente ou haja resistência ao seu uso por parte do trabalhador, a descaracterização da atividade especial pode ser questionada, assim como quando a empresa não adota políticas de controle e fiscalização que, inclusive, devem ser evidenciadas e arquivadas.

Por fim, existem ainda as decisões judiciais que são acordadas em diversas instâncias que, por interpretação de seus magistrados, afirmam a impossibilidade de eliminação ou neutralização de certos agentes de risco como, por exemplo, o ruído, mesmo que o EPI seja comprovadamente eficaz para elidir tal risco, este não isentará o trabalhador na percepção da aposentadoria especial.

Além desse agente físico, também são enquadrados nesta exceção os agentes biológicos, agente químico cancerígeno e certas atividades perigosas (eletricidade acima de 250 volts e vigilante).

Fontes:

- Lei nº 8.213/1991 e o Decreto nº 3.048/1999
- JUSBRASIL. O EPI pode descaracterizar a atividade especial?
- JUSBRASIL. Aposentadoria especial: 4 situações em que o EPI não é eficaz

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FARMACÊUTICO

- A) O medicamento genérico é aquele que contém o(s) mesmo(s) princípio(s) ativo(s), na mesma dose e forma farmacêutica, é administrado pela mesma via e com a mesma posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência. Com eficácia, segurança, qualidade e bioequivalência comprovadas, esses medicamentos podem ser utilizados como substitutos do medicamento de referência, sem comprometer a eficácia do tratamento. Esses medicamentos são comumente produzidos após o vencimento ou renúncia da patente do medicamento de referência, permitindo sua fabricação por outros laboratórios. Cumpre observar que o preço do medicamento genérico é geralmente menor, pois os fabricantes de medicamentos genéricos não precisam realizar todas as pesquisas que são realizadas quando se desenvolve um medicamento inovador, visto que suas características são as mesmas do medicamento de referência, com o qual são comparados.
- B) Os medicamentos genéricos são facilmente identificados por suas embalagens secundárias específicas, que possuem uma tarja amarela com a letra “G” estilizada, acompanhada do termo "Medicamento Genérico", escritas na cor azul. Nos rótulos de embalagens secundárias de medicamentos de venda sob prescrição, a faixa amarela deve estar logo acima da faixa vermelha. Para medicamentos sujeitos a controle especial, que exigem faixa preta conforme a Portaria nº 344/MS, a faixa amarela deve ser posicionada logo abaixo da faixa preta. Além disso, na caixa deve constar a inscrição: “Medicamento genérico Lei nº 9.787, de 1999”, referência à legislação que regulamenta sua produção, comercialização e intercambialidade no Brasil. Diferentemente dos medicamentos de referência, que exibem nomes de marcas, os genéricos apresentam apenas a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na ausência desta, a Denominação Comum Internacional (DCI), que corresponde ao nome do princípio ativo. Nos casos de medicamentos com mais de um princípio ativo, a ordem e as concentrações devem seguir rigorosamente as descrições do medicamento de referência. A padronização das embalagens facilita a identificação e escolha pelo consumidor, promovendo transparência e acesso à informação, além de contribuir para o uso seguro dos medicamentos.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm. Acesso em: 15/08/2024.
- Elvino Barros. Medicamentos de A a Z: 2016/2018. – Porto Alegre: Artmed, 2016.
- Medicamentos Genéricos. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/genericos>. Acesso em: 15/08/2024.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 768, de 12 de dezembro de 2022. Estabelece as regras para a rotulagem de medicamentos.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE OBRAS

Chapisco: camada de preparo da base, aplicada de forma contínua ou não, para uniformizar e melhorar a absorção e a aderência do revestimento. É uma técnica utilizada na construção civil para preparar superfícies de alvenaria (como paredes) antes de aplicar o reboco ou revestimento final. O chapisco é uma etapa fundamental para garantir a qualidade e durabilidade das construções, proporcionando uma base sólida para os revestimentos subsequentes.

Emboço: camada de revestimento para cobrir e regularizar a base para receber revestimento decorativo, por exemplo. O emboço é uma camada intermediária aplicada sobre o chapisco em paredes e tetos antes da aplicação do reboco final. Sua função é regularizar a superfície, corrigir imperfeições e preparar a base para o acabamento final. É uma etapa essencial no processo de revestimento de paredes e tetos, garantindo a qualidade e a durabilidade do acabamento final.

Reboco: camada de revestimento usada para cobrir e emboçar antes de receber o revestimento decorativo ou material de acabamento final, em geral a pintura. O reboco é a camada final de revestimento aplicada sobre o emboço em paredes e tetos. Sua principal função é proporcionar uma superfície lisa, uniforme e esteticamente agradável, pronta para receber pintura, textura ou outros acabamentos.

Camada única: revestimento com um único tipo de argamassa aplicado na base. Também pode ser empregada para receber o acabamento final, como a pintura. A aplicação da camada única de revestimento em paredes e tetos, também conhecida como revestimento monolítico, pode simplificar o processo e economizar tempo. Esse método combina as funções do chapisco, emboço e reboco em uma única aplicação. No entanto, requer habilidade para garantir que a superfície fique uniforme e com boa aderência. Pode ser uma solução eficiente e eficaz para muitos projetos de construção.

Revestimento decorativo (monocamada ou monocapa, na linguagem técnica): tem função de regularizar e, ao mesmo tempo, decorar. Também pode ser utilizado o RDM (Revestimento Decorativo Monocamada), um tipo de argamassa específica para essa função. Revestimentos decorativos são aplicados em superfícies de paredes e tetos para melhorar a estética e proporcionar texturas ou acabamentos especiais. Eles podem ser utilizados em ambientes internos e externos e incluem uma variedade de materiais e técnicas.

Fontes:

Lisboa, Ederval de Souza. Materiais de construção: concreto e argamassa [recurso eletrônico] / Ederval de Souza Lisboa, Edir dos Santos Alves, Gustavo Henrique Alves Gomes de Melo. – 2. ed. – Porto Alegre: SAGAH, 2017, páginas 95 e 96.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE POSTURAS

Primeira violação, presente no Art. 4º-A, II da Lei da Liberdade Econômica.

Não se pode proceder a lavratura de autos de infração com base em termos subjetivos ou abstratos, salvo se estes forem regulamentados por critérios claros, objetivos e previsíveis.

No caso, a norma não indica nenhum critério para a determinação do que seria “atividade inapropriada para ser desenvolvida em área urbana”. Desta feita, o termo em questão é abstrato e subjetivo não tendo como ser previsível ou objetivamente observado pelo munícipe.

Seja o Agente, seja a Administração Pública não podem agir a partir de critério subjetivo pessoal, sob pena de infringirem o Princípio da Legalidade da Administração Pública, que apenas permite que façam aquilo que foi expressamente permitido pela lei.

Segunda violação, presente no Art. 4º-A, III da Lei da Liberdade Econômica.

Deve ser observado o critério da dupla visita para a lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco.

A lei em análise não faz a distinção relativa à dupla visita, indicando a autuação imediata, sem levar em conta o grau de risco da atividade. Aplicando, no caso, tanto uma autuação quanto uma sanção (fechamento do estabelecimento). Neste caso, ainda que a norma não fosse subjetiva a sua aplicação pelo fiscal não poderia ser desta forma imediata, sob pena de violar a Lei Federal.

A indicação sobre o Princípio da Legalidade da Administração Pública e a capacidade de agir apenas dentro dos limites expressos da lei pode estar presente em qualquer uma das violações e explicações ou em ambas.

Fontes:

- Princípios da Legalidade e da não surpresa do Direito Administrativo, atrelados à fiscalização. Disponível em: [chrome-extension.https://www12.senado.leg.br](https://www12.senado.leg.br).
- Lei nº 13.874/2019 – Lei da Liberdade econômica.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE RENDAS

A resposta consiste na realização de uma notificação fiscal, nos termos do Art. 221 do Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis:

Art. 221. A exigência do crédito tributário será formalizada em notificação fiscal, quando apurada pela fiscalização a falta ou insuficiência de pagamento de tributos ou qualquer irregularidade.

Os requisitos para validade da notificação fiscal estão no Art. 221, § 1º, do Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis:

Art. 221. § 1º O termo de verificação, lavrado com clareza e precisão, servirá também para requisição de livros e outros documentos fiscais e deverá conter:

- I. Nome, endereço e inscrição municipal do contribuinte;
- II. Dia, hora e local do início da ação fiscal;
- III. Descrição dos fatos apurados e indicação dos dispositivos legais quando couber;
- IV. Valor do tributo apurado; e,
- V. Prazos de pagamentos ou reclamação.

O contribuinte poderá reclamar no prazo de vinte dias, conforme artigo 222 do Código Municipal:

Art. 222. O prazo para pagamento da notificação fiscal é de vinte dias, ressalvado ao sujeito passivo o direito de reclamação contra o lançamento do prazo de vinte dias contados da sua intimação.

Fontes:

- Legislação Municipal. Lei Complementar nº 07/1991 - Código Tributário e Fiscal para o Município de Divinópolis.
- Lei Complementar nº 116/2003 e Lei Complementar nº 123/2006.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE SAÚDE BIOQUÍMICO

A espectrofotometria é uma técnica analítica usada para medir a absorção de luz por uma substância em solução, sendo fundamental em áreas científicas e industriais para determinar a concentração de princípios ativos em formulações, avaliar a pureza de substâncias, monitorar reações químicas, e realizar estudos de estabilidade e biodisponibilidade. Essa técnica é essencial para garantir a eficácia, segurança e qualidade dos produtos farmacêuticos, contribuindo significativamente para a pesquisa e desenvolvimento na área.

O princípio básico da espectrofotometria reside na interação entre a luz e as moléculas da amostra. Quando a luz passa pela solução, certas moléculas absorvem luz em comprimentos de onda específicos, resultando em uma diminuição da intensidade da luz transmitida. A quantidade de luz absorvida é diretamente proporcional à concentração da substância na solução, conforme descrito pela Lei de Lambert-Beer, expressa como $A = b \cdot c \cdot \epsilon$, sendo A a absorção, b o caminho óptico, c a concentração e ϵ a absorvidade molar da substância.

No que tange aos dados evidenciados, é possível afirmar que a amostra apresentava coloração. A presença de bandas de absorção no espectro visível, especialmente em torno de 500-600 nm, indica que a amostra absorve luz nessa região, o que resulta em uma cor visível complementar à cor da luz absorvida.

A concentração da solução composta pelo fármaco ABT, presente na cubeta, determinada a partir do espectro e dos dados fornecidos, é de 15 $\mu\text{mol/L}$. Esse valor é calculado utilizando a Lei de Lambert-Beer, considerando a absorbância de 0.60 a 600 nm, o coeficiente de 40.000 $\text{L} \cdot \text{mol}^{-1} \cdot \text{cm}^{-1}$ e um caminho óptico de 1 cm.

Fontes:

- COMPRI-NARDY, Mariane B., STELLA, Mércia Breda, OLIVEIRA, Carolina de. Práticas de Laboratório de Bioquímica e Biofísica. Guanabara Koogan.
- ROSA, Gilber, GAUTO, Marcelo, GONÇALVES, Fábio. Química Analítica: Práticas de Laboratório – Série Tekne. Bookman, 2013.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE SAÚDE DENTISTA

A resposta confeccionada pelo candidato deverá levar em consideração as seguintes definições:

Artigos não-críticos: aqueles que entram em contato apenas com a pele íntegra do paciente.

Artigos semicríticos: são artigos ou produtos que entram em contato com a pele não íntegra ou com mucosas íntegras. Requerem desinfecção de alto nível ou esterilização para ter garantida a qualidade do seu múltiplo uso.

Artigos críticos: são artigos ou produtos utilizados em procedimentos invasivos com penetração de pele e mucosa adjacentes, tecidos subepiteliais e sistema vascular, incluindo também todos os artigos que estejam diretamente conectados com esses sistemas. Pelo grande risco de transmissão devem ser esterilizados.

Desinfecção: processo de destruição de micro-organismos em forma vegetativa, mediante a aplicação de agentes químicos e/ou físicos, podendo ser de alto, intermediário ou baixo nível. A desinfecção é utilizada somente para objetos inanimados.

Desinfecção de alto nível: destruição total dos vírus, bactérias na forma vegetativa, a maioria, mas não todos, os esporos fúngicos e bacterianos.

Desinfecção de nível intermediário: inativa o *Mycobacterium tuberculosis*, bactérias na forma vegetativa, a maioria dos vírus e fungos, exceto esporos bacterianos.

Desinfecção de baixo nível: destrói a maioria das bactérias, alguns vírus e fungos, exceto micro-organismos resistentes como o bacilo da tuberculose e esporos.

Antissepsia: procedimento que visa à redução de micro-organismos presentes na pele ou mucosa a partir do uso de agente químico (substância microbicida ou microbiostática).

Esterilização: processo de destruição de todas as formas de vida microbiana, mediante aplicação de agentes físicos e/ou químicos. Considera-se artigo esterilizado quando a probabilidade de sobrevivência dos micro-organismos que o contaminam for menor que 1:1000000 (10⁻⁶).

Infecção cruzada: transmissão de agentes infecciosos entre pacientes e a equipe de saúde bucal, dentro de um ambiente clínico.

Fonte:

Resolução da Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais nº 1.559, de 13 de agosto de 2008.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE SAÚDE ENFERMEIRO

A Resolução RDC nº 786, de 5 de maio de 2023, estabelece requisitos técnicos e sanitários para o funcionamento de laboratórios clínicos e outros serviços que realizam Exames de Análises Clínicas (EAC). A resolução divide o processo de realização dos EAC em três fases: pré-analítica, analítica e pós-analítica. A fase pré-analítica envolve a solicitação da análise e a obtenção do material biológico, sendo crucial para garantir a qualidade da amostra e evitar erros que possam comprometer o resultado. A fase analítica é a realização propriamente dita do exame, onde a precisão e exatidão dos procedimentos são fundamentais. A fase pós-analítica inclui a emissão do laudo e a comunicação dos resultados, sendo essencial para a correta interpretação dos dados pelo solicitante.

Os serviços que realizam EAC são classificados em três tipos: Tipo I, Tipo II e Tipo III. Cada tipo de serviço possui limitações específicas. Por exemplo, serviços Tipo I, como farmácias e consultórios isolados, têm restrições quanto aos tipos de exames que podem realizar e não podem utilizar instrumentos complexos para a leitura dos resultados. Essa classificação visa assegurar que cada serviço opere dentro de suas capacidades técnicas e garanta a qualidade dos exames realizados.

O controle da qualidade é vital para a precisão e exatidão dos EAC. O controle interno (CIQ) e o controle externo (CEQ) são usados para monitorar os processos analíticos e garantir que os resultados sejam confiáveis. O CIQ é realizado dentro do próprio laboratório, enquanto o CEQ envolve a comparação interlaboratorial e é conduzido por um Provedor de Ensaio de Proficiência.

Para o enfermeiro fiscal de saúde, a RDC nº 786/2023 traz implicações significativas no monitoramento e fiscalização dos serviços de EAC. O enfermeiro deve garantir que os laboratórios e outros serviços estejam em conformidade com os requisitos da resolução, desde a infraestrutura até os processos operacionais. A fiscalização rigorosa contribui para a segurança do paciente e a eficácia dos diagnósticos, evitando resultados falsos que poderiam comprometer o tratamento dos pacientes.

Fonte:

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 786, de 5 de maio de 2023. Dispõe sobre os requisitos técnicos e sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos e outros serviços que realizam Exames de Análises Clínicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISCAL DE SAÚDE FARMACÊUTICO

- A) O candidato deverá citar, pelo menos, 3 exemplos de geradores de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), que, segundo o Art. 2º § 1º – “Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins”.
- B) O candidato deverá indicar que a segregação dos RSS, conforme a classificação dos Grupos estabelecida na RDC nº 222/2018, deve ser realizada no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos.
- C) O candidato deverá indicar que os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são classificados em diferentes grupos, conforme a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA. São divididos em grupos A, B, C, D e E. Além disso, devido à variedade e complexidade dos resíduos que compõem o grupo dos infectantes, o grupo A foi subdividido nos seguintes subgrupos: A1, A2, A3, A4 e A5.

Fontes:

- BRASIL. Agência Nacional De Vigilância Sanitária–ANVISA. Resolução RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial União, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegisanvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 01/07/2024.
- SPADAFORA-FERREIRA, M., RUIZ, R. D. C., MATTARAIA, V. G. D. M. Fundamentos para gestão de resíduos de serviço de saúde. 2022. 168p. Disponível em: <https://butantan.gov.br/assets/arquivos/Index/fundamentos.pdf> Acesso em: 01/07/2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FISIOTERAPEUTA

O caso se refere à lesão de ligamento cruzado anterior. Outros dois testes a serem realizados são o de Lachman anterior e o de Pivot Shift. O mecanismo de trauma para lesão de ligamento cruzado anterior é o valgo do joelho com rotação lateral da perna e o pé apoiado, fixo, no solo. Para realizar o teste de Lachman é preciso que o paciente esteja em decúbito dorsal e com o joelho a ser avaliado na posição de 30 graus de flexão. O profissional irá se posicionar ao lado do paciente, fixar sua coxa com uma das mãos e segurar a perna abaixo da patela com a outra mão. A seguir, deverá posicionar o polegar na tuberosidade da tíbia e tracionar a perna para a frente. O teste será positivo com o deslocamento da perna. Já para o teste de Pivot Shift, o fisioterapeuta irá orientar o paciente para se posicionar em decúbito dorsal, com flexão e abdução de quadril a 30 graus aproximadamente, e em rotação medial. Em seguida deverá segurar o membro inferior do paciente na região do calcâneo e rotacionar internamente a tíbia. O fisioterapeuta deverá, então, com sua outra mão, aplicar força em valgo por trás da fíbula e, em seguida, também flexionar o joelho do paciente. O teste será positivo se a tíbia se deslocar para trás aproximadamente uns 30 a 40 graus, o que pode produzir um estalo. A história clínica a ser coletada precisará ter informações relacionadas ao mecanismo de lesão.

Portanto, o paciente poderá informar que, durante o jogo, pode ter ‘torcido’ o joelho, ter caído em cima da perna, pode ter tido o pé ‘preso’ no chão ou na areia e virado o corpo sobre o pé. As descrições, caso o paciente consiga mesmo lembrar do momento da lesão, virão no sentido de ter vivenciado uma torção. Também poderá haver informações de dores no momento da lesão mas sem dores posteriormente, a não ser quando manipula o joelho. Uma informação importante, além da declarada, é que sente que o joelho “sai do lugar”, que perde o equilíbrio ao realizar atividades que antes não tinha essa percepção.

Fonte:

DUTTON, Mark. Fisioterapia Ortopédica. Porto Alegre: Grupo A, 2010.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Durante o processo de envelhecimento, podem ser observadas reduções, ainda que sutis, da acuidade sensorial. Modificações estruturais e funcionais acometem o sistema estomatoglossognático, comprometendo as funções da deglutição. Isso inclui modificações na cavidade oral, como atrofia dos músculos dos lábios, mudanças hipertróficas na língua, modificações na mucosa oral, diminuição do fluxo de saliva, mudanças de constituição muscular, falhas dentárias, ausências dentárias completas ou parciais. Além disso, o idoso pode apresentar diminuição de apetite, diminuição de olfato e do paladar, além do efeito de medicações no paladar e no apetite.

Na fase oral, o idoso pode apresentar duração prolongada e trânsito oral lentificado. Modificações na língua: aumento de tecido conectivo e de depósitos de gordura; redução da massa muscular e diminuição das unidades motoras funcionais, com conseqüente declínio da força; diminuição de mobilidade e propulsão do bolo alimentar; perda de importantes papilas gustativas, combinada com a diminuição do olfato. Cavidade oral: dificuldade de vedamento labial, alterações na mastigação causadas pela deficiência da arcada dentária ou por próteses dentárias mal adaptadas; diminuição da quantidade de saliva devido ao uso de medicamentos e doenças associadas.

Na fase faríngea, o idoso pode apresentar diminuição do tecido conjuntivo na musculatura infra e supra-hioidea resultando na redução da elevação e anteriorização laríngea, com conseqüente diminuição do diâmetro de abertura do esfíncter esofágico superior e, ainda, diminuição do fechamento de vias aéreas. Diminuição da sensibilidade na região laringofaríngea. Modificações de discriminação sensorial faríngea pelo aumento do limiar de pressão necessário para o reconhecimento do bolo alimentar e de suas características.

Na fase esofágica, pode ocorrer: duração maior devido ao maior tempo de relaxamento do esfíncter esofágico superior; pressão de repouso do segmento faringoesofágico reduzida; atraso do esvaziamento esofágico; e aumento da dilatação esofágica.

Fontes:

- Estrela F, Motta L, Elias VS. Deglutição e processo de envelhecimento. In: Jotz GP, Carrara-de-Angelis E, Barros APB. Tratado de deglutição e disfagia – no adulto e na criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
- Christmas C, Rogus-Pulia N. Swallowing disorders in the older population. J Am Geriatr Soc. 2019;67(12):2643-9. <http://doi.org/10.1111/jgs.16137>. PMID:31430395.
- Karpinski C, Xavier M, Gomes A, Bielemann RM. Adequacy of the frequency and types of meals consumed by community-dwelling elderly folk in the south of Brazil. Cien Saude Colet. 2021;26(8):3161-73. <http://doi.org/10.1590/1413-81232021268.03712020>. PMID:34378706.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: HISTORIADOR

Na apresentação das diretrizes gerais do Plano de Metas de seu governo, JK destacou três eixos de maior importância para a industrialização do país, que eram os setores de energia, transportes e indústria de base. Sobre o setor de energia e transportes, ressaltou no discurso: “São setores da economia que se desenvolveram no sentido de se caracterizarem como serviços de utilidade pública, entidades que operam grandes conjuntos industriais destinados a suprir necessidades permanentes da coletividade. O planejamento do desenvolvimento econômico encontra na eliminação desses pontos de estrangulamento um objetivo prioritário e lógico. Diante do exposto no trecho anterior, percebe-se que JK considerava os setores energético e de transportes o investimento base para o avanço dos demais setores, dando prioridade aos mesmos em seu governo.

As metas em relação ao setor energético eram a elevação da potência instalada de energia elétrica, instalação de uma central atômica de energia nuclear, produção de carvão mineral, petróleo, além do refino deste último (OLIVEIRA, J., 1955).

No setor de transportes, havia grande interesse na inserção da indústria automobilística no país. Além do interesse do governo em ampliar o nível de infraestrutura do Brasil, parte relevante dos investimentos nesse setor foi feita de acordo com os interesses dessa indústria. Sobre o tema de transporte, JK escreveu que o setor rodoviário teria como meta a construção e a pavimentação de rodovias pelo país inteiro, visando maiores resultados econômicos. Ainda em relação ao setor de transportes, além das metas envolvendo o setor rodoviário, JK previa no Plano de Metas o reaparelhamento e a construção das ferrovias visando à utilização de trens mais pesados, rápidos e seguros que pudessem também reduzir os custos operacionais do transporte de produtos e mercadorias; além de construção e reformas dos portos, aumento da frota marítima e aumento do transporte aeroviário.

Fontes:

- FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, A. C. (Org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 67-105.
- LEOPOLDI, M. A. P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, A. C. (Org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 107-42.
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista/o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SKIDMORE, T. E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: MUSEÓLOGO

A madeira, devido a sua resistência mecânica, boas condições de isolamento térmico, obtenção com facilidade (matéria-prima renovável) e manejo, além da sua aparência e variedade de cores e textura tem sido utilizada para os fins mais variados. As desvantagens são a biodegradação, facilidade em inflamar, variação dimensional na presença de umidade, entre outras. Alguns fatores que colaboram para sua deterioração são: os fungos e os insetos xilófagos, responsáveis pela ação biológica mais comum que ataca as madeiras, causando emboloramento, manchamento e apodrecimento das peças. Os insetos xilófagos, são os que mais danificam a madeira. Os cupins, sejam eles de madeira seca, de solo ou de madeira úmida, atacam madeiras atingidas por fungos ou em apodrecimento.

Em relação às ações de conservação, alguns cuidados são fundamentais, como: a higienização dos objetos para remoção de poeiras e outras sujidades. Nas partes quebradas, lascas ou levantamento da camada pictórica, no caso de madeiras pintadas ou policromadas, o procedimento deve ser interrompido imediatamente, recolhido as partes caídas, encaminhado ao restaurador; na inspeção dos objetos deve-se observar se há asas, excrementos de insetos, orifícios no objeto, indicando o ataque de cupins. Nesse caso, encaminhar para o tratamento de desinfestação e imunização. Peças em madeira nunca devem ser guardadas em contato direto com o solo e nem ser lavadas. Não se deve usar pano úmido neste tipo de material; para evitar que fungos se instalem causando emboloramento e manchamentos é necessário manter o objeto em ambiente climatizado, se possível, caso contrário, em local seco e arejado, livre de umidade. Contra o ataque biológico em madeiras (exceto em obras de arte) podem ser aplicados vários produtos químicos na sua superfície, que formam uma camada isolante, que obstrui os poros. A aplicação de preservativos em qualquer peça de madeira deve ser realizada por profissionais especializados, devido à alta toxicidade dos produtos. Quando a peça apresentar ataque biológico em desenvolvimento, costuma-se usar produtos biocidas. A utilização de gases fumegantes é muito eficaz com extermínio imediato.

Fontes:

- Banco de dados sobre patrimônio cultural (org.). Bibliografia sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- BRAGA, Márcia (org.). Conservação e restauro: madeira, pintura sobre madeira, douramento, estuque, cerâmica, azulejo, mosaico. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BURGI, Sérgio; MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.). Banco de Dados: materiais empregados em conservação-restauração de bens culturais. Rio de Janeiro: ABRACOR/ VITAE, 1990.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: NUTRICIONISTA

- a) A alimentação do brasileiro ainda é caracterizada pelo consumo de alimentos tradicionais, como arroz e feijão, e pela frequência elevada de ingestão de alimentos ultraprocessados, como biscoitos e refrigerantes. No entanto, no período de 2008-2009 a 2017-2018, observou-se redução na frequência de consumo de arroz, feijão, frutas, carne bovina, pães, laticínios, carnes processadas e refrigerantes, mas aumento na ingestão de sanduíches. O feijão, alimento espontaneamente presente no prato da população, faz parte da cultura alimentar do Brasil. Sabe-se que padrões alimentares baseados em alimentos tradicionais da dieta brasileira, *in natura* e minimamente processados, estão relacionados à menor ocorrência de obesidade e menos risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Por outro lado, a redução no consumo de carnes processadas e refrigerantes foi um aspecto positivo, considerando que esses são alimentos com elevado grau de processamento, nutricionalmente desbalanceados, que favorecem o consumo excessivo de energia. O aumento na frequência de consumo de sanduíches também merece ser discutido, pois reflete uma importante mudança nos hábitos alimentares, caracterizada pela substituição de refeições tradicionais por lanches e alimentos de conveniência. Em muitas ocasiões, sanduíches são preparados com produtos ultraprocessados, que apresentam alto teor calórico e excesso de sódio ou açúcar, o que pode impactar negativamente a saúde.
- b) O planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se tornam mais efetivas para adolescentes quando estimulam discussões dentro dos grupos e promovem mudanças de comportamento coletivas, não individuais. Articular ações programáticas de EAN no âmbito escolar, orientando e apoiando a inserção do tema nas atividades escolares. Mapear os temas do momento sobre alimentação e nutrição que podem ser relevantes/interessantes para disparar discussões sobre alimentação saudável com os adolescentes no âmbito escolar. Apropriar-se de recursos lúdicos e tecnológicos como ferramentas para as ações vai ajudar a estimular a curiosidade e desenvolver o interesse desses adolescentes nas atividades. Buscar significados importantes e mais imediatos para o adolescente sobre as mudanças de comportamento alimentar pode promover maior sensibilização do que conversar sobre o aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis.

Fonte:

RODRIGUES, R. M.; SOUZA, A. M.; BEZERRA, I. N.; PEREIRA, R. A.; YOKOO, E. M.; SICHIERI, R. Evolução dos alimentos mais consumidos no Brasil entre 2008–2009 e 2017–2018. Revista de Saúde Pública, v.55, Supl. 1, p.4s, 2021.

**PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL PRIVATIVA DE
ADVOGADO (PETIÇÃO OU PARECER)**

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Os argumentos principiologicos que devem aparecer na contestação são:

- A) Princípio da legalidade orçamentária: indicação de que a obra que se requer faz parte dos Direitos Prestacionais que são realizados pelo Estado. Que por esta razão estão vinculados diretamente à distribuição dos recursos públicos existentes e das políticas públicas implantadas. Neste sentido, não é possível a realização de serviços, obras, ... pelo Município, sem a devida previsão orçamentária, sob pena de violação do princípio da legalidade orçamentária e da responsabilidade fiscal. O Município não pode gastar o que não tem ou além de suas capacidades e da previsão orçamentária.
- B) Princípio da reserva do possível: indicação de que sem a previsão orçamentária específica, a realização de qualquer obra, serviço, ... iria desequilibrar as contas públicas e possivelmente comprometer gastos com outras áreas. Não é possível ao Estado fazer tudo o que quer. Deve ser ponderado o que se determina pelas políticas públicas instituídas e prioridades decididas pelo Poder Público, frente aos recursos disponíveis para investimento nas diversas áreas.
- C) Princípio da discricionariedade do Poder Executivo: cabe ao Poder Executivo, de forma discricionária, dentro dos limites da legalidade, escolher as prioridades e as políticas públicas a serem implantadas. Não se pode retirar do Município o direito de estabelecer a ordem de preferência, segundo os interesses locais, em que as obras, serviços e recursos serão realizados ou alocados. Cabe à municipalidade definir isto e, dentro de um sistema democrático, uma vez eleito um Prefeito e Vereadores, existem os mecanismos internos que podem delimitar quais os interesses preponderantes que devem ser priorizados. Logo, inexistente qualquer ilegalidade por omissão, ao não ser realizada uma determinada obra, por falta de recursos suficientes e/ou por priorização de outras obras ou serviços sobre esta.
- D) Princípio da separação dos poderes: trata-se de princípio constitucional basilar e de fundamental importância para o federalismo e o harmônico funcionamento da Nação. A cada um dos Poderes cabe um papel e uma atribuição Constitucional. O Poder Judiciário deve avaliar a legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e não substituí-lo na escolha discricionária sobre quais atos deve praticar e em qual momento do tempo ou sua priorização. Não vem ao caso a necessidade ou não da obra de implantação de sistema de drenagem em discussão. O que deve ser levado em conta é se existe algum ato ilegal da Administração Pública que justifique a intervenção do Judiciário no intuito de corrigir a atuação ilegal do Executivo. No caso, os elementos discricionários de conveniência, oportunidade e priorização do caso em análise, são elementos típicos da atividade Administrativa, enquanto implementação fática dos interesses sociais locais. Não pode o Judiciário apossar-se da função administrativa e aplicar a sua conveniência a um caso específico. O Executivo conhece o Município e todas as suas necessidades e, por isto, é o mais qualificado para escolher o momento de implementar suas políticas. O Judiciário, ao impor sua vontade, correria o risco iminente de gerar maiores prejuízos sociais ao retirar recursos de outro local, para satisfazer a necessidade de um ato ao qual ainda que necessário, não tem a mesma urgência, necessidade ou priorização que outro. Não pode e não deve o Poder Judiciário ingerir nos atos de gestão e nas funções do Poder Executivo. Logo, a conveniência e oportunidade para realizar atos efetivos de gestão é discricionária da Administração Pública, no caso municipal.

O candidato recebeu o total de **4,0 pontos** por cada um de três princípios citados de forma completa. O outro princípio foi empregado para avaliar questões relativas à parte processual da peça; observe:

1. A petição deve começar com o correto endereçamento (1 ponto)

“Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Divinópolis
Processo 0101010-01.8.13.0223”

2. Deve conter a indicação de que a Contestação é apresentada pelo “Município de Divinópolis, representado no ato por seu Procurador” (1 ponto)

- Importante, a indicação do Réu sem ser por “Município” e sim por Prefeitura ou apenas por Divinópolis, ou outro termo é ERRADA e deve gerar a nota: 0 no item.

3. Antecipação de tutela pela Tutela de Urgência. (pode ser feita enquanto preliminar na contestação, no mérito ou ao final. A posição da contestação sobre a antecipação a tutela não importa para a avaliação)

A peça deve indicar:

a falta do “perigo da demora” (*periculum in mora*) que não foi demonstrado pelo Ministério Público e que não está presente, uma vez que o problema já existe desde 1990. Logo, não se caracteriza a urgência em solução do problema de forma imediata, o que justificaria a concessão de medida liminar neste sentido. **(1 ponto)**

A falta da demonstração da “evidência do direito” (*fumus boni iuris*), uma vez que não foi pontuado pelo MP de forma clara onde se fundamentaria o direito de ingerência da Administração Pública Municipal para obrigar a realização da obra em questão e a evidência da certeza do direito pleiteado. **(1 ponto)**

Fora da questão principiológica, deve-se considerar:

- A) Indicação da prescrição de qualquer direito, no que tange ao Dano Moral e patrimonial, em cinco anos, contra a Fazenda Pública, não sendo possível o pedido relativo aos últimos trinta anos e sim apenas relativo aos últimos cinco anos. **(1,5 ponto)**
- B) Em relação aos danos, não existe o “dano moral, patrimonial ou ao meio ambiente”, presumindo-se que deve haver a demonstração da existência do dano para a sua configuração e que isto não foi feito na peça inicial. **(1,5 ponto)**

Nos pedidos processuais: (2 pontos)

- A) A negativa da liminar e, ao final, a negativa do mérito;
- B) A produção de provas em direito admitidas;
- C) Que seja aceita a contestação apresentada.

Fonte:

Constituição Federal.

**Atualizado em 22/01/2025.*

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO

Com os estudantes, cabe ao psicólogo uma prática que conduza a criança e o jovem a descobrir o seu potencial de aprendizagem, auxiliando na utilização de mediadores culturais (música, teatro, desenho, dança, literatura, cinema, grafite e tantas outras formas de expressão artísticas) que possibilitam expressões da subjetividade. No caso da avaliação das dificuldades no processo de escolarização, é fundamental avaliar o aluno prospectivamente, naquilo que ele pode se desenvolver, e não se restringir àquilo que o aluno não consegue realizar, ou mesmo centrar-se somente no aluno, sem refletir sobre a produção social do fracasso escolar.

Com os pais, familiares ou responsáveis, o psicólogo pode refletir sobre o papel social da escola e da família, assim como sobre as problemáticas que atravessam a vida de pais e filhos. Frente a possíveis dificuldades escolares, a discussão coletiva pode facultar novas ideias e ações favorecedoras de uma prática compartilhada que contribua para a qualidade do processo ensino e aprendizagem.

No diálogo com os educadores, os psicólogos podem desenvolver ações que contribuam para uma compreensão dos elementos constituintes dos processos de ensino e aprendizagem em suas dimensões subjetivas e objetivas, coletivas e singulares. Os psicólogos podem desenvolver ações que busquem o enfrentamento de situações naturalizadas no contexto escolar, superando explicações que culpabilizam ora estudantes, ora familiares, ora professores. Poderá contribuir, portanto, como mediador fortalecendo o papel do professor como agente principal do processo de ensino e aprendizagem. O importante é estabelecer parcerias com os professores, valorizando o trabalho docente.

Fontes:

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). 2. ed. Brasília: CFP, 2019, p. 46-47.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: PSICÓLOGO

- a) Espera-se que sejam apontados como aspectos psicossociais especialmente os inerentes ao desenvolvimento humano, especialmente no que tange aos processos de socialização familiar, indicando a importância da clareza e da consistência dos papéis de cada um dos membros da família, dos suportes social prático e emocional e do estímulo à autonomia e segurança, todos fundamentais à consolidação de fatores de proteção e estratégias de enfrentamento de situações adversas. Em contrapartida, um ambiente no qual os referidos aspectos não sejam minimamente consolidados, sobretudo a falta de limites e de afeto na relação familiar, seria o fator de risco principal ao desenvolvimento do transtorno por uso de substância/dependência química.
- b) Espera-se que sejam apontados o histórico pregresso e familiar quanto ao uso de substâncias; o exame do estado mental e elementos fundamentais desse exame que permitam a identificação de alterações de funções mentais especialmente no transtorno por uso de substância, tais como: sensopercepção, juízo crítico, memória e orientação de espaço e tempo. A resposta pode sinalizar também desorientação temporal e espacial.
- c) Espera-se que em termos de políticas públicas seja apontada a política de redução de danos, tal como deva ser compreendida, isto é, em um conjunto de estratégias que visam reduzir os problemas gerados pelo uso de substâncias tanto lícitas quanto ilícitas. Além disso, espera-se a indicação do principal objetivo dessa política, que é minimizar as consequências adversas do uso das drogas. Deve ser ressaltado que essas estratégias devem proporcionar uma melhor qualidade de vida para a pessoa que faz uso de substâncias e todos a sua volta; e que reconhece as singularidades do usuário, respeita a sua liberdade de escolha e constrói junto com ele diversas estratégias que tenham como foco a defesa de sua vida.

Fontes:

- Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/10006003202.pdf>.
- DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre-RS: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788582715062.
- OLIVEIRA, Sérgio E.; TRENTINI, Clarissa M. Avanços em psicopatologia: avaliação e diagnóstico baseados na CID-11. Porto Alegre-RS: Grupo A, 2023. *E-book*. ISBN 9786558821021.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: SOCIÓLOGO

A trajetória da sociologia no Brasil foi profundamente influenciada por Florestan Fernandes e pela “escola paulista”. Fernandes, com sua abordagem crítica, buscou entender as estruturas sociais brasileiras e as contradições inerentes ao seu desenvolvimento. Ele e seus seguidores introduziram uma perspectiva que enfatizava a necessidade de analisar as relações de poder e desigualdade, distanciando-se das abordagens meramente descritivas e adotando uma postura mais engajada.

As principais contribuições teóricas e metodológicas de Florestan Fernandes incluem a aplicação do método dialético para compreender a realidade social brasileira e a ênfase na importância do contexto histórico e das relações de classe na formação das estruturas sociais. Fernandes também destacou a necessidade de uma educação crítica que pudesse formar cidadãos conscientes de seu papel na transformação social.

No contexto dessas contribuições, a “escola paulista” adotou estratégias específicas para promover uma sociologia crítica e engajada. Entre essas estratégias, destacam-se: Pesquisa Empírica Crítica: a realização de pesquisas empíricas que não apenas descrevem a realidade social, mas que também buscam entender as causas estruturais das desigualdades e injustiças, oferecendo subsídios para a ação transformadora. Interdisciplinaridade: a integração de diferentes disciplinas para enriquecer a análise sociológica, promovendo uma compreensão mais abrangente e profunda das questões sociais. Engajamento Social: a aproximação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscando uma interação que permitisse à sociologia contribuir efetivamente para a luta por justiça social e pela superação das desigualdades. Formação Acadêmica Crítica: a promoção de uma educação sociológica que forme pesquisadores e cidadãos críticos, capazes de questionar as estruturas de poder e propor alternativas para a construção de uma sociedade mais justa.

Essas estratégias contribuíram para o fortalecimento da análise sociológica no Brasil, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e desigualdade. A atuação da “escola paulista” e de Florestan Fernandes ajudou a consolidar uma sociologia crítica que não se limita à academia, mas que busca intervir na realidade social, promovendo mudanças estruturais e a emancipação dos setores oprimidos da sociedade.

Fonte:

Fernandes, Florestan. "A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica." São Paulo: Zahar Editores, 1976.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: SUPERVISOR ORIENTADOR DE ENSINO

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto “Promoção da cidadania por meio da educação: desafios e conquistas” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- Avanço das tecnologias e com as mudanças socioculturais;
- Educar para uma Cidadania Consciente;
- Cidadania e a educação das camadas populares;
- Cidadania e democracia, entendidas como práticas mutuamente interdependentes, não são naturais, mas são noções aprendidas.

Fontes:

- PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.
- Fischman, G. E., & Haas, E. (2012). Cidadania. Educação & Realidade, 37(2), 439-466.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: TÉCNICO ESCOLAR

Segundo Ferreira, o atendimento ao público é uma atividade social mediadora que coloca em cena a interação de diferentes sujeitos em um contexto específico, visando responder a distintas necessidades. Portanto, o ato de atender só pode se dar entre duas ou mais pessoas, uma atendente e outra atendida, sendo que essas pessoas sofrem a influência do contexto em que se encontram (estruturas físicas e sociais presentes na organização) das necessidades, experiência e expectativas de cada um que está presente durante o processo de atendimento. O atendimento refere-se ao público interno, que são todos os servidores e colegas de trabalho, tais como professores, funcionários, estagiários, equipe diretiva. E o público externo são todos aqueles atendidos pela instituição de ensino, como: alunos, pais ou responsáveis, fornecedores e a comunidade em geral.

A qualidade do relacionamento entre os funcionários é essencial e deve contribuir com a satisfação dos indivíduos que buscam serviços nas instituições. Dessa forma, é importante priorizar essa qualidade de relações entre a escola e a população, para que haja um relacionamento eficiente entre os mesmos, e favoreça a satisfação da clientela. Para se ter um atendimento eficaz, com qualidade, é importante que o nível de atendimento seja aprimorado nas organizações constantemente. É preciso que os gestores tenham consciência da necessidade de prestar atendimentos de qualidade aos usuários dos serviços públicos, demonstrando o seu comprometimento com a qualidade dos serviços e assim possam contribuir com uma gestão competente. A qualidade de um produto ou serviço pode ser olhada de duas óticas: a do produtor e a do cliente. Do ponto de vista do produtor, a qualidade se associa à concepção e produção de um produto que vá ao encontro das necessidades do cliente. Do ponto de vista do cliente, a qualidade está associada ao valor e à utilidade reconhecida ao produto.

Um atendimento de qualidade colabora com o bom andamento das ações na escola. Quando são bem atendidos, os pais e alunos percebem que podem contribuir para a manutenção desse ambiente de cortesia, respeito e organização. Também se sentem motivados a participar da escola por serem ouvidos, respeitados e bem orientados. Uma vez que a finalidade da escola é preparar para a vida, o atendimento deve também ser humanizado, priorizando a escuta ativa e a empatia. Ao trabalhar com o atendimento ao público é preciso considerar a diversidade de tarefas que essa função compreende. Receber bem cada pessoa na escola é uma forma de prestar um bom serviço. Tarefas como: recepcionar, informar, esclarecer dúvidas, orientar, mostrar opções, evitar desperdício de tempo, diagnosticar as necessidades dos diferentes públicos, apaziguar e solicitar a espera indicam qualidade no atendimento ao público. Portanto, quem faz o atendimento deve ser responsável e adotar uma forma de acolhimento baseado no respeito e na gentileza.

Um dos principais princípios do bom atendimento é corresponder às expectativas da pessoa que procura a informação; é compreender que, quando se trabalha em um órgão público, você está, de fato, a serviço da comunidade.

Importante destacar aqui a competência como uma das ferramentas que contribui com um melhor desempenho do funcionário público. Sendo assim é de suma importância que os gestores públicos possam incorporar em sua prática profissional, conhecimentos e habilidades, relações interpessoais adequadas, para que assim o atendimento ao público seja mais eficiente. A gestão por competências deve ser um processo contínuo e estar alinhada com as estratégias organizacionais. Sua adoção implica em redirecionamento das ações tradicionais da área de gestão de pessoas, tais como: recrutamento e seleção, treinamento, gestão de carreira e avaliação de desempenho, cabendo, portanto, ao profissional responsável ao atendimento ao público (Técnico Escolar), desenvolver tais competências necessárias em treinamento específico.

Além de atender a toda a comunidade escolar, o Técnico Escolar responde por boa parte burocrática da instituição. Sendo assim, é necessário mais do que causar uma boa impressão da escola, como também possuir uma infinidade de qualidades para que seja visto como um bom profissional. Dentre essas características, estão o dinamismo, organização, respeito, iniciativa, bom senso, honestidade, discricão, liderança, atenção, entre muitos outros. *Kotler (2000)* expõe algumas características que auxiliam para a qualidade do atendimento e dos serviços que são colocados à disposição dos consumidores, dentre as quais se destacam cinco dimensões, a saber: confiabilidade, responsabilidade, segurança, empatia e aspectos tangíveis.

Ainda, importante destacar que para melhorar o atendimento ao cliente nas escolas é vital a criação de uma cultura organizacional voltada à satisfação do cliente, assim como investir em recursos de informação e comunicação é um diferencial, tais como a agenda digital, que facilita o contato e demonstra interesse e disponibilidade por parte da escola.

Fontes:

- Cobra, Marcos. Estratégias de marketing de serviços. São Paulo: Editora & marketing, 2001
- Freschi, Camila Peres; Santos, Bruno Rodrigues dos. Treinamento e desenvolvimento profissional: um programa de qualidade no atendimento ao público para o campus da Unesp de Bauru. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 2006.
- Mozzato, Anelise Rebelato. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4. p. 731-747, 2011.
- Lana, Manuela Sampaio; Ferreira, Victor Cláudio Paradela. Gestão por competências: impactos na gestão de Pessoas. Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. 2007.
- Kotler, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. Tradução Ailton Brandão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725 p.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

- Setting ou instituição: consultórios, instituições asilares, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), oficinas terapêuticas e de produção.
- Clientela: jovens e adultos.
- Habilidades: coordenação de movimentos finos, força muscular adequada, rapidez e habilidade para manuseio com massa.
- Indicação terapêutica: desenvolvimento de habilidades motoras mais finas, criatividade, trabalhos praxiterapêuticos, lazer e trabalhos artísticos.
- Contraindicações terapêutica: não é indicado para crianças com idade igual ou inferior a dez anos. Clientes sem habilidade para a sua manufatura pelas características da massa e pela preparação para uso. O mau uso acarreta trabalho sem qualidade, por ser um material de secagem rápida.

Características

- Utilidade: modelagem, decoração de vasos, potes, quadros. Customização. Usado para fazer bonequinhos, ímãs de geladeira e vários tipos de enfeites.
- Cor e tipo: encontra-se no mercado a massa pronta, branca, que quando seca tende a ficar transparente. Já encontramos à venda a massa de biscuit em cores variadas. A massa pode ser fabricada em domicílio ou em consultórios, e ser tingida; além disso, pode-se tingir a peça depois de modelada. É uma massa do tipo massinha de modelar que, depois seca, endurece como porcelana. Por isso é chamada de porcelana fria.
- Consistência: macia, maleável e moldável, e pode endurecer no momento da modelagem.
- Durabilidade: para que a massa não resseque, deve sempre ser conservada, protegida em um saco plástico e armazenada dentro de um pote de plástico, mesmo quando estiver sendo usada. A massa pode durar quatro meses se estiver bem acondicionada em um saco e dentro de um pote de plástico. Ressecada, perde sua consistência e, após secar, perde sua utilidade.
- Custo: relativamente alto.

Fonte:

- Terapia Ocupacional - Metodologia e Prática ; Editora, Rubio; 1ª edição.
- Terapia Ocupacional - Metodologia e Prática - 2ª Ed. 2013 - Pedral, Claudia; Bastos, Patrícia